



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

103

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.	
C	D. 14/06/2000	
C	JF Rubrica	

Processo : 10875.002350/98-43  
Acórdão : 202-11.932

Sessão : 15 de março de 2000  
Recurso : 111.208  
Recorrente : ÁLVARO MESQUITA CIA. LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**DCTF - ENTREGA A DESTEMPO - ESPONTANEIDADE - PENALIDADE - I) O instituto da denúncia espontânea (CTN, art. 138) não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a DCTF (Precedentes do STJ). II) Declaração apresentada após expirada a validade de ato de ofício e antes da expedição da Notificação de Lançamento sujeita o infrator à penalidade prevista no artigo 11, § 3º, com observância da redução determinada pelo § 4º do Decreto-Lei nº 1.968/82 (redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.065/83), por força do disposto no § 3º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124/84. Recurso parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: ÁLVARO MESQUITA CIA. LTDA.

**ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso para excluir da exigência as parcelas indicadas no voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Helvio Escovedo Barcellos, Oswaldo Tancredo de Oliveira e Luiz Roberto Domingo, que davam provimento integral.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2000

Marcos Vítor Neder de Lima  
Presidente

Tarásio Campelo Borges  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Maria Teresa Martinez López e Ricardo Leite Rodrigues.

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

192

Processo : 10875.002350/98-43

Acórdão : 202-11.932

Recurso : 111.208

Recorrente : ÁLVARO MESQUITA CIA. LTDA.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário contra Decisão de Primeira Instância que julgou procedente a exigência da multa infligida na Notificação de Lançamento de fls. 34/36, no valor de R\$ 57,34 por mês de atraso de cada DCTF.

Segundo o Termo de Verificação e Constatação de Irregularidades Fiscais de fls. 32, instruído com os Quadros Demonstrativos de fls. 30/31, a Empresa deixou de apresentar a declaração relativa ao mês de agosto/1994 e apresentou somente em 20.02.1998 as declarações dos períodos de setembro/1994 a dezembro/1995, não obstante os Termos de Intimações de fls. 01 e 03, cujas ciências aconteceram em 11.09.1996 e 12.05.1997, respectivamente.

Regularmente intimada da exigência fiscal, a interessada instaurou o contraditório, com as Razões de fls. 41/50, assim sintetizadas no relatório da Decisão Recorrida de fls. 87/90:

"A contribuinte, citando Acórdãos do Conselho de Contribuintes e da CSRF, que confirmariam suas alegações, impugna o lançamento e requer a sua anulação, pelos motivos abaixo:

- a empresa alega que não estava obrigada a entregar a DCTF referente ao mês 08/94;
- não deixou de satisfazer as obrigações principais;
- entregou as DCTF em questão em 20/02/1998, mais de nove meses após a última intimação e antes do procedimento fiscal, em 23/10/1998, o que configura a espontaneidade conforme art. 138 do CTN, pois o procedimento fiscal se descaracteriza após sessenta dias sem '*qualquer ato escrito que indique prosseguimento dos trabalhos*', conforme art. 7º, § 2º do Dec. 70.235/72 e Acórdãos do Conselho de Contribuintes e da CSRF;
- de acordo com o art. 61 da Lei 9430/96, a multa por atraso de débitos decorrentes de tributos e contribuições terá seu percentual limitado a 20%, o que pode ser estendido para a obrigação acessória por ser considerada '*menos grave*';



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

193

Processo : 10875.002350/98-43

Acórdão : 202-11.932

- não obstante constar do art. 61, citado acima, que o dispositivo aplica-se a fatos geradores a partir de 01/01/1997, ele possui efeito retroativo nos termos do art. 106, II, c do CTN;

- o CTN prevalece sobre os Decretos-Leis que fundamentam a autuação porque com 'status' de Lei Complementar lhes é hierarquicamente superior."

Os fundamentos da Decisão proferida pela Autoridade Monocrática estão consubstanciados na seguinte ementa:

**"MULTA DCTF – A falta de entrega da DCTF, ou sua entrega fora dos prazos previstos, sujeita a infratora à multa estabelecida nos parágrafos 3º e 4º do art. 11 do DL nº 1.968/82, com a redação do art. 10 do DL nº 2065/83, observadas as alterações posteriores e, ainda, conforme o disposto no art. 1001 do RIR/94.**

**EXIGÊNCIA FISCAL PROCEDENTE".**

Irresignada, a interessada interpôs o Recurso Voluntário de fls. 94/107, em 03.05.1999, o qual teve seguimento por força de Medida Liminar concedida em Mandado de Segurança impetrado pela ora Recorrente – fls. 108/111 –, que se insurgiu contra a apresentação de prova do depósito previsto no Decreto nº 70.235/72, artigo 33, § 2º, acrescido ao texto legal pelo artigo 32 da Medida Provisória nº 1.621-30, de 12.12.1997, e suas reedições – atual Medida Provisória nº 1.973-59, de 09.03.2000 –, de valor correspondente a "trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão".

Na fase recursal, a ora Recorrente reitera suas razões iniciais unicamente no que respeita à exigência da multa relativa aos períodos de setembro/1994 a dezembro/1995, enfatizando ser imperiosa a observância do limite imposto pelo § 2º do artigo 61 da Lei nº 9.430/96, caso não prevaleça a exclusão da responsabilidade com fundamento no artigo 138 do Código Tributário Nacional.

É o relatório.



Processo : **10875.002350/98-43**  
Acórdão : **202-11.932**

### **VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TARÁSIO CAMPELO BORGES**

**O recurso é tempestivo e dele conheço.**

Conforme relatado, no presente Recurso Voluntário é contestada a exigência da multa no valor de R\$ 57,34 por mês de atraso de cada DCTF, integralmente mantida pelo Delegado da Receita Federal de Julgamento em Campinas – SP, sem embargo da entrega das declarações, exclusive a que se refere ao mês de agosto/1994, ter sido efetivada em 20/02/1998 – duzentos e oitenta e quatro dias após a ciência do Termo de Intimação de fls. 03 (12.05.1997) e anteriormente à ciência da Notificação de Lançamento de fls. 34/36 (23.10.1998).

Inicialmente, cabe ressaltar que a multa concernente à falta de entrega da declaração no mês de agosto/1994 não é objeto do recurso ora analisado.

Para os demais períodos, entendo que a Decisão Recorrida merece ser reformada, pois a espontaneidade da entrega de tais declarações está devidamente configurada nos autos, sem que à ora Recorrente tenha sido concedido o benefício da redução de 50% da multa ora discutida.

**Com efeito. Em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 7º do Decreto nº 70.235/72, o inicio do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, mas os atos de ofício lavrados pelo Exator, se não prorrogados por outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos, têm validade apenas pelo prazo de sessenta dias.**

*In casu*, consoante já destaquei, a ora Recorrente teve ciência do Termo de Intimação de fls. 03 em 12.05.1997 e efetivou a entrega das declarações em 20.02.1998, data em que a validade do ato de ofício já estava expirada e até então não havia sido expedida a Notificação de Lançamento de fls. 34/36.

Todavia, a despeito da espontaneidade, entendo incabível, no caso ora examinado, a exclusão da responsabilidade com fundamento no artigo 138 do CTN, porquanto a responsabilidade tributária ali albergada não alcança as obrigações acessórias autônomas.

Destarte, por força do disposto no § 3º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124/84, é de ser mantida a penalidade prevista no artigo 11, § 3º, mas entendo imperiosa a concessão do benefício da redução determinada pelo § 4º do Decreto-Lei nº 1.968/82, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.065/83.



Processo : 10875.002350/98-43

Acórdão : 202-11.932

Relativamente à exclusão de responsabilidade pela alegada denúncia espontânea da infração mediante o cumprimento, a destempo, de obrigação acessória, já há, inclusive, jurisprudência mansa e pacífica das Egrégias Primeira e Segunda Turmas do Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme nos dá conta a ementa do Acórdão referente ao Recurso Especial nº 208.097 – PR, a saber:

**“TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA PELO ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. RECURSO DA FAZENDA. PROVIMENTO.”**

O voto condutor do acórdão acima referido, da lavra do ilustre Ministro HÉLIO MOSIMANN, cita precedente da Primeira Turma daquele Tribunal – Resp. nº 190.388 – GO, acórdão da lavra do ilustre Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 22.3.1999 –, cuja ementa tem o seguinte teor:

**“TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ENTREGA COM ATRASO DE DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.**

1. A entidade denúncia espontânea não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a declaração do Imposto de Renda.
2. As responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo, não estão alcançadas pelo art. 138, do CTN.
3. Há de se acolher a incidência do art. 88, da Lei nº 8.981/95, por não entrar em conflito com o art. 138, do CTN. Os referidos dispositivos tratam de entidades jurídicas diferentes.
4. Recurso provido.”

Faz-se mister deixar aqui consignado que já adotei, em situações semelhantes, a exclusão da responsabilidade com base no artigo 138 do CTN, seguindo antiga jurisprudência deste Colegiado, contudo, modifiquei meu entendimento após a manifestação do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Por outro lado, nada obstante os julgados do Superior Tribunal de Justiça tratem de Declaração do Imposto de Renda, os fundamentos de tais decisões têm perfeita aplicação, também, para o caso de Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF, uma vez que esta é uma obrigação tributária de igual natureza daquela.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10875.002350/98-43

Acórdão : 202-11.932

Outrossim, nem mesmo o alegado cumprimento das obrigações tributárias principais é suficiente para socorrer a ora Recorrente, pois, consoante o artigo 136 do Código Tributário Nacional, “salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato”. É a denominada responsabilidade objetiva do infrator, instituto consagrado na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Impertinente, também, a aplicação ao caso presente do limite imposto pelo § 2º do artigo 61 da Lei nº 9.430/96, que trata de pagamento em atraso de obrigação tributária principal, matéria diversa da aqui examinada: obrigação tributária acessória.

No que respeita às demais razões de impugnação reiteradas no Recurso Voluntário, adoto a Decisão Recorrida, por seus próprios e bem lançados fundamentos.

Com essas considerações, dou provimento parcial ao Recurso Voluntário para reduzir em 50% a multa atinente ao atraso na entrega das declarações dos meses de setembro/1994 a dezembro/1995.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2000

  
TARÁSIO CAMPELO BORGES